

## A FORMAÇÃO DO ECONOMISTA RURAL

Erly Dias Brandão \*

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho não tem a pretensão de apresentar matéria profundamente meditada - de vez que foi redigido às pressas, e ainda que não o fôra, nossa experiência, em assunto tão complexo, não nos credenciaria mesmo a arriscar viagem de maior fôlego. Nessas condições, deve ser tomado como idéias preliminares, que desejamos submeter à douta apreciação do nosso ilustrado comentador e ao competente grupo de trabalho que irá debater o assunto.

Compõe-se, em síntese, de quatro partes: na primeira, será recordado o conceito de Economia Rural; na segunda, faremos rápidas alusões a alguns aspectos e funções da indústria agrícola, por ser ela a matéria prima do economista

---

Trabalho apresentado à IV Reunião da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais (SOBER), realizada em São Paulo, no período de 24 a 30 de janeiro de 1965. O Professor G. Edward Schuh dignou-se ler o original e apresentar oportunas sugestões, que aceitamos, com prazer.

\* Professor de Administração da Empresa Rural da Escola de Pós-Graduação da UREMG.

rural; na terceira, apresentaremos uma espécie de retrato da situação em que se encontra a Economia Rural no Brasil; e na quarta será apresentada uma espécie de aspectos e argumentos sobre a formação do Economista Rural. Nesta, serão apresentados ainda dois exemplos de currículos, respectivamente, para o nível universitário e pós-graduação.

O profissional da Economia Rural ainda não conquistou, entre nós, o prestígio que adquiriu, em quase todos os países da Europa Ocidental, nos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Japão, Índia, México etc. É que sua contribuição nesses países como pesquisador, professor, assessor de política agrícola, consultor em diferentes ramos de Economia e outros campos, tem-lhe proporcionado numerosíssimas oportunidades para demonstrar o seu valor, como profissional. Dentro da Economia Rural, talvez as três grandes áreas em que mais se tem revelado sejam a da produção vegetal e animal, da comercialização dos produtos, oriundos desses dois setores e da de política pública ou governamental. Naturalmente, nos referimos ao seu papel como pesquisador ou analista dos problemas classificados nessas áreas, ou melhor, na economia dos problemas desses setores. Não estamos sugerindo que o economista rural vem desempenhando funções próprias do engenheiro-agrônomo, do químico nutricionista, do geneticista ou do engenheiro que produz uma nova máquina. O que desejamos indicar é que ele, inegavelmente, tem explicado, de modo invulgar, a economia das novas técnicas ou processos tecnológicos, que vêm imprimindo uma fantástica eficiência nos processos produtivos agropecuários. E mais, sua ação no particular não se tem limitado a explicar as vantagens econômicas de tais técnicas, às vezes, bem antes de seu uso - o economista rural moderno, usando métodos de análise, não conhecidos no século passado, além de cooperar na criação e desenvolvimento das novas técnicas, sabe explicar as razões que levam os produtores a adotá-las, e pode também esclarecer o que a adoção significa para a economia total ou para a sociedade.

Valendo-se dos chamados métodos quantitativos ou econométricos de análise, estimulou o aparecimento dos poderosos computadores eletrônicos e inaugurou a área das previsões que lhe valeu mais um grau na escala de cientista. E porque se encontra equipado com as armas de Matemática e da Estatística, harmoniosamente casadas com a teoria econômica, vem compartilhando agora, sem comple-

xo de inferioridade, com seus colegas das demais ciências físicas e biológicas, no estupendo progresso alcançado pela agricultura, no corrente século.

## 2. CONCEITO DE ECONOMIA RURAL

A Economia Rural é uma parte da Economia Geral, que se preocupa com os problemas econômicos da agricultura. Não sendo disciplina autônoma, vale-se de sua "mater" para fundamentar suas inter-relações causais e sustentar suas conclusões. Assim, os métodos, princípios e teorias da Economia Rural, com raras exceções, são os mesmos da Economia Geral, com a única distinção de serem aplicados aos problemas econômicos da agricultura.

As exceções em referência incluem os casos de níveis agregados de atividade econômica, renda agregada e nível de preços, que são assuntos somente tratados na Economia Geral.

Por este motivo, o economista rural é, antes de tudo, um economista. Todavia, precisa manter estreito e contínuo contato com a parte aplicada da ciência agrícola. Isto será necessário, porque, numerosas vezes, terá de colaborar com cientistas agrícolas, em projetos experimentais. Seu conhecimento de agricultura também será muito útil, quando tiver de usar, nesse campo, certos métodos de análise, tais como: função de produção, programação linear custo de produção de produtos agropecuários etc.

Na Europa Continental, três ramos quase se emanciparam da Economia Rural: Administração da Empresa Rural, Avaliação de Fazendas e Política Agrícola. Os dois primeiros, freqüentemente, se encontram reunidos em uma só cadeira. Ao terceiro, aliou-se, por último, a Comercialização dos Produtos Agropecuários.

Na Inglaterra, nos Estados Unidos e no Canadá e outros países, a Economia Rural continua a vigorar como um setor integrado por aquelas quatro ramificações e várias outras, tais como: Economia da Terra, Economia da Produção, Análise de Preços, Crédito Agrícola, Comércio Internacional etc. Mas o profissional - produto desses cursos - recebe sempre o título de economista agrícola, embora receba treinamento mais generalizado, inclusive de aspectos sociais de definida influência, no meio rural.

Como definição propriamente dita, percebe-se, moder-

namente, certa preferência pela de STIGLER (8) que sugeriu "o estudo dos princípios que determinam a distribuição dos meios escassos, entre fins competitivos - quando o objetivo da distribuição é elevar ao máximo os rendimentos dos fins".

Esta definição abre amplas possibilidades para explicações adicionais e requer premissas, que demandariam longas páginas. Obviamente, dentro dos limites deste trabalho, não seria possível recordar todas, por isso nos limitaremos ao seguinte:

Os meios (recursos) compreendem tudo que é escasso, transformável (capaz de satisfazer fins distintos) e indispensável. A escassez se refere à relação fins - meios, e constitui a essência de qualquer problema econômico, por quanto se os meios fossem abundantes, todos os fins poderiam ser satisfeitos, e não surgiria o problema da escolha entre várias alternativas segundo STIGLER (8). A escassez pode dever-se a causas naturais, sociais, políticas e institucionais. Recorda-se que o recurso sempre deve ter algum valor. O ar, por exemplo, não seria considerado recurso, nesse sentido, pois está ao alcance de todos, fartamente, e sem custo.

A curto prazo, a consecução de um fim qualquer, des-de que implique escassez de meios, é problema da alçada do economista. ROBBINS (6).

A longo prazo, em agudo contraste, os fins subordinam-se ao economista e à Economia. No momento preciso em que a análise se projeta a uma dimensão temporal e espacial, a seqüência formal fins - meios se converte em um complexo processo de interação causal que, uma vez iniciado, gera um impulso de caráter circular e acumulativo: meios - fins - meios - fins - meios, "ad infinitum", que tende a perpetuar-se no seu mesmo sentido inicial. MYRDAL (5).

Como se trata de localizar ou distribuir recursos escassos, para satisfazer os desejos e necessidades do homem, diz-se que a Economia é uma ciência social e de escolha. O economista tem de escolher e opinar sobre os "quê's" e "por-quês", "quantos", "quandos" e "comos". Este aspecto dá à Economia a qualificação de ciência do comportamento humano.

Para aplicação no nível da empresa através da Administração Rural, a Economia Agrícola desenvolveu uma série de princípios, métodos e técnicas, os quais podem, com extraordinária vantagem, auxiliar o administrador individual, no que concerne à administração de sua propriedade. Questões relacionadas com a escolha e combinação das ativida-

des com a economia de determinadas práticas, com os custos, em geral, com o uso eficiente do capital e do trabalho - ambos nas mais variadas formas - problemas de risco e incerteza etc., podem ser submetidas a análises relativamente precisas, com especial vantagem para quem administra.

Em o nível macroeconômico, a Economia Rural pode contribuir, de maneira vital, nas grandes áreas da produção e distribuição dos produtos agropecuários, estudando os numerosos problemas que ocorrem na agricultura e fora dela, ora analisando as relações que surgem ao combinar fatores de produção, ora indicando alternativas para a política, ora fazendo previsões e predições.

Comentando o papel da Economia Agrícola, no setor da macroeconomia, FLORES (3) nos chama a atenção para vários aspectos, notadamente relacionados com as mudanças sociais, que acompanham o desenvolvimento econômico e as generalizações a que deve dar resposta. "Naturalmente, el estudio de los cambios sociales que acompañan al desarrollo económico y que forman parte de este constituye una parte essencial del ámbito de esta disciplina". A nosso ver, o estudo desses aspectos sociais deve, preferencialmente, ser da alçada da Sociologia Rural. Mas, relativamente às generalizações, lembradas pelo prestigiado autor mexicano, estamos de pleno acordo, pelo menos nas seguintes:

1. Como a maioria dos países menos desenvolvidos depende predominantemente de sua agricultura, qual será a estratégia geral para iniciar simultaneamente o desenvolvimento agrícola e desenvolvimento industrial, partindo principalmente dos recursos de que se dispõe na agricultura? Em que forma e até que grau poderá um país, em processos de desenvolvimento, gerar e tirar lucros do setor agrícola, para financiar a diversificação de sua economia?

2. Que relação existe entre a concentração da propriedade da terra, a organização da produção e a distribuição da renda dos agricultores?

3. Que medidas de política agrária, de política fiscal, de crédito, de subsídios, de educação etc., redundariam em um uso mais eficiente de terra e em uma distribuição da renda, mais favorável ao desenvolvimento?

4. Quais são os resultados e os efeitos cumulativos, a curto e longo prazo, de inverter o lucro agrícola, em obras públicas e na criação de novas indústrias? Como afetará tal política o nível de ocupação da mão-de-obra, a disponibili-

dade de produtos agrícolas para o consumo interno, a balança de pagamentos, a distribuição da renda e a taxa geral de formação de capital?

5. Convém a um país fomentar a produção e exportação de matérias primas ou deveria esse país destinar seus recursos agrícolas ao aumento da produção de alimentos destinados ao consumo interno, ainda que reduzindo aquelas exportações?

6. Que proporções de seus recursos deveria destinar a cada uma de tais finalidades, visando a acelerar o desenvolvimento econômico geral?

As questões indicadas constituem sómente uma parte dos temas de que se deve ocupar a Economia Rural. Muitíssimos outros, relativamente à conservação dos recursos naturais, à fixação de preços mínimos, crédito, controle de excedentes, extensão agrícola etc., pertencem também ao campo da Economia Rural.

### 3. ASPECTOS DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA

A agricultura é uma das atividades produtivas a que o homem pode dedicar-se com maior ou menos sucesso, com maior ou menor satisfação.

O homem primitivo, que simplesmente colhia frutos selvagens, caçava e pescava para sustentar-se, não praticava a agricultura. A agricultura dos tempos modernos, sobretudo a que é planejada nos países mais evoluídos, e que recebe a contribuição de várias ciências, tem todas as características de uma indústria. E se a consideramos sob o aspecto mundial é a maior indústria primária, porque emprega mais da metade da população do globo terrestre. Talvez, porque seja tão velha quanto a civilização, seus problemas, salvo em casos raros, nunca mereceram atenção comparável aos que o homem tem dedicado a outros setores.

No panorama mundial, ela se caracteriza por um atraso técnico, se a compararmos com outras atividades, que, de modo geral, produzem maiores índices de renda, per capita.

Em agricultura, há algo de criador que, por vezes, causa satisfação moral aos que nela trabalham. E esta satisfação parece ser mais acentuada, quando o homem percebe que ao cultivar a terra, esta não se desgasta, como se fosse uma fonte de produtos minerais. Tratar a terra, segundo as modernas técnicas, significa preservá-la para os filhos e

netos. O agricultor que tem êsse cuidado, não retira apenas maiores retornos de sua empresa, nem está beneficiando sómente sua família.

"Cuando los agricultores se enriquecen, estamos seguros de que la sociedad se está enriqueciendo; cuando otros grupos se enriquecen ya no estamos tan seguros del mismo efecto. La verdadera fuente del valor económico radica en la naturaleza, que cede sus dones a cambio do trabajo. Precisamente es eso lo que hace la agricultura: extraer dones de la naturaleza". FERNANDEZ y FERNANDEZ (2). Por ello, "la agricultura puede limitar severamente o contribuir en forma importante al desarrollo de una economía dada". SCHULTZ (7).

A agricultura, além de alimentar a cidade com seus produtos, também fornece a esta uma corrente quase contínua de mão-de-obra, principalmente, nos países em que o êxodo rural se manifesta de maneira lenta. É sabido ainda que, nesses países, a população rural apresenta também maiores índices de natalidade. Isto não acontece, todavia, em um país como a Inglaterra, que apresenta uma população rural apenas de 5 por cento da população total.

A característica de processo biológico, imanante na agricultura, em face dos processos de transformação, faz com que as modernas possibilidades de uso de capitais, como auxiliares do esforço humano, sejam mais limitados na agricultura, pelo menos até o presente. Há também características institucionais que se somam a este efeito. FERNANDEZ y FERNANDEZ (2) Muitas tarefas agrícolas continuam a ser desempenhadas manualmente, como faziam os agricultores de séculos atrás. Em algumas áreas, todavia, o agricultor moderno vem-se libertando gradualmente de todo esforço muscular, graças ao advento dos equipamentos automáticos ou semi-automatizados.

Provavelmente, o que mais ressalta na agricultura brasileira é a sua característica de exploração extensiva, com excessiva incidência do fator trabalho, principalmente no setor vegetal, determinando baixos níveis de tecnologia e criando, ao mesmo tempo, problemas técnicos e econômicos de difícil solução, pelo menos a curto prazo.

Essa característica de exploração extensiva, à base de aparente e inesgotável fartura de terra e de mão-de-obra, acompanha a evolução do País, desde seu descobrimento, perdurando ainda no presente.

Entre todos os fatores responsáveis pelos grandes ciclos da economia brasileira - é no estímulo do preço oferecido pelo mercado internacional que, a rigor, encontramos a razão fundamental para tais flutuações.

Esta lição bem que poderia ser tomada como exemplo a seguir em nossa política agrícola, se quisermos andar depressa. Quando os agricultores recebem estímulos para produzir, sob garantia de preços compensadores, para os seus produtos, a tecnologia é sempre chamada para cooperar, nos seus métodos de produção.

O segredo da temporária supremacia do Brasil sempre esteve no fato de o País se apresentar no mercado internacional com grandes quantidades. O preço compensador, aliado às vastas áreas adequadas para produções, em grande escala, explicam as mudanças da produção de uma para outra região, à medida que os terrenos se vão esgotando. O café oferece o melhor exemplo desta situação, pois, durante o seu longo ciclo, caminhou pelas cinco regiões fisiográficas do País.

A natureza itinerante do café lhe tirou a oportunidade de contribuir, de maneira decisiva, para o desenvolvimento econômico do Brasil, graças aos expedientes de controle a que foi submetido. "Through schemes that protected the coffee economy during the crisis of 1930 and that made possible an appreciable formation of capital in the country without the aid of foreign loans, it was possible to stimulate both industry and agriculture". MILLER (4).

Cerca de sessenta por cento da população do Brasil depende das atividades agropecuárias. Essa população possui um baixo nível cultural, alimenta-se deficientemente, está sujeita a numerosas enfermidades e reside em habitações precárias.

O inadequado financiamento à agricultura, a deficiência de pesquisas e de assistência técnica, a falta de eficientes meios de transporte, vias de comunicação e de armazenamento dos produtos agropecuários, a estrutura agrária defituosa - com a predominância de latifúndios improdutivos e minifúndios antieconómicos - a desfavorável política de preços, os deficientes métodos de produção e de distribuição - são outras tantas características, que aí estão a desafiar a competência dos governos, da iniciativa privada, dos técnicos pesquisadores e extensionistas. Essa gama de condições desfavoráveis constitui obstáculo sério ao aumento da

produtividade da agropecuária e impossibilita que a agricultura contribua, substancialmente, para o desenvolvimento econômico do País, como bem poderia ser o caso.

Esse quadro não significa, porém, que o País não venha apresentando extraordinários índices de progresso. Segundo análise do CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA (1), o País acusou, nos últimos 21 anos, um crescimento, em termos reais, da ordem de 180%. Em outras palavras, o volume físico dos bens e serviços produzidos, bem como a renda real da comunidade praticamente triplicaram. No mesmo período, a população aumentou 63%, a produção agrícola 83%, a industrial 45%, o comércio 137% e os transportes 210%.

É num panorama assim caracterizado, que o economista, o agrônomo e tantos outros profissionais, que prestam assistência à agricultura, terão de empenhar todo seu "engenho e arte", na conquista de melhores dias, para uma população, cuja taxa de crescimento figura entre as mais elevadas do mundo.

Algumas das características aqui expostas devem ter indicado como o meio rural é bastante diferente do meio urbano, principalmente nos países de economia, em vias de desenvolvimento. Nos países mais avançados, essa distinção não é praticamente sentida. Quem, por exemplo, viaja pela Suíça, dificilmente pode descobrir a linha divisória entre o perímetro ou meio rural e meio urbano de suas lindas cidades. A acentuada distinção entre os dois meios, no Brasil, faz com que a Economia Rural seja aqui bastante diferente da Economia Geral.

As características aqui recordadas constituem uma pálida descrição do meio em que o economista rural terá de atuar, com seus instrumentos de análise, na busca de alternativas para solução dos numerosos problemas, que a agricultura vem enfrentando, nesta sua fase de transição.

#### 4. A FORMAÇÃO DO ECONOMISTA RURAL

Conceituado o termo Economia Rural, descrita a sua situação no Brasil e invocados alguns aspectos da indústria agrícola - cremos poder agora iniciar uma série de ponderações sobre a formação do profissional economista rural, objetivo central deste trabalho.

E para iniciar, desejamos acentuar que a sua formação deverá processar-se gradualmente. O ideal talvez fosse que

sua cultura tivesse oportunidade de ser adquirida, através de cursos, em todos os níveis de ensino: primário, secundário, superior e pós-graduado. Nossas observações, porém, limitar-se-ão aos dois últimos casos.

#### 4.1. Nível Universitário

Embora reconheçamos nem sempre ser possível, por muitas razões, inclusive as de prerrogativas profissionais, gostaríamos de sugerir que as escolas de Economia, Socio-logia, Veterinária, Ciências Domésticas, Floresta e outras, cujos profissionais tenham efetiva oportunidade de atuar no meio rural, venham a proporcionar mais cursos sobre problemas e aspectos econômicos da agropecuária.

A fase de transformação de uma agricultura tradicional para agricultura comercializada requer a colaboração de quase todos os profissionais mas, provavelmente, ao engenheiro-agrônomo e ao economista talvez caibam maiores parcelas de responsabilidade. O economista, por exemplo, já vem atuando em programas de planejamento regional de desenvolvimento, nos quais a agricultura e a indústria são submetidas às medidas planejadas. Em casos especiais, vemos o economista conduzindo pesquisas relacionadas com a agricultura. Ora, com maior conteúdo de conhecimentos, nesse campo, é de esperar que o economista possa participar mais dos setores de planejamento e de pesquisa, ambos muito carentes de técnicos qualificados para essas funções.

Vista de outro ângulo, a participação de agrônomos e economistas, na solução dos problemas econômicos da agricultura, é especialmente salutar. O agrônomo contribui com seus conhecimentos específicos e especializados, no campo da agricultura. A contribuição do economista reside justamente na análise de alternativas. Por treinamento, experiência, e fiel às suas teorias, ele está bem equipado para examinar as alternativas e considerar as relações entre os vários campos.

As escolas superiores de agricultura também necessitam introduzir mais cursos de Economia, nos seus currículos. Nossa experiência de longos anos de permanente convívio com agrônomos, quer durante a sua formação universitária, quer posteriormente, em dezenas de cursos intensivos, e contatos diversos - nos conduz à impressão dessa necessidade. E ela parece tornar-se mais urgente, sobre-

tudo no caso do agrônomo-extensionista. Obviamente, a observação lembrada para o economista, relativa à sua habilidade para fazer pesquisa, sobre os problemas econômicos da agricultura também cabe aqui para o engenheiro-agrônomo. Aumentada a sua base em Economia, no nível universitário, e completada nos cursos de pós-graduação, está igualmente qualificado para fazer pesquisas econômicas. Mas o engenheiro-agrônomo, que vai desempenhar funções assistenciais, necessita de conhecimentos sólidos, em vários outros campos, pela única razão de ser extensionista. Se o agricultor moderno necessita, de um lado, estar perfeitamente familiarizado com os princípios científicos e práticas agrícolas que governam o crescimento das plantas e animais, de outro, não poderá prescindir também dos princípios econômicos e comerciais, que tanto podem orientá-lo, nas fases da produção, e, às vezes, transformação e venda de seus produtos. Ora, o extensionista, "mutatis mutandis", deverá estar devidamente atualizado, a respeito desses princípios, já que sua missão será a de orientar e educar os agricultores, em todos os sentidos.

Assim, aspectos relacionados com a aplicação dos recursos, com o processo de tomar decisões, riscos e incerteza etc., deverão ser devidamente estudados.

A preparação do economista rural, no nível universitário, só será possível, se as Escolas de Agronomia realmente implantarem a chamada diversificação no currículo do engenheiro-agrônomo e se uma dessas ramificações for a Economia Rural. Este caso, aparentemente, deverá concretizar-se, em futuro próximo, em algumas escolas. As que assim agirem deverão considerar a necessidade de haver, pelo menos, um ou dois cursos antes da entrada dos candidatos, na área diversificada. Esses deverão versar, basicamente, sobre princípios de economia, administração e comercialização. Deverão conter o suficiente para permitir que os alunos tenham sobre essas matérias uma razoável visão do papel que a Economia Rural desempenha, no contexto da Economia Geral. Esses cursos deverão ser ministrados por professores competentes, que possuam curiosidade intelectual, capazes de conquistar seguidores. A matéria a ser ensinada deverá constar de um mínimo de teoria, para revelar a natureza da ciência. Ênfase especial deverá ser dada à parte aplicada, talvez a mais atraente e mais adequada para mostrar, de imediato, a utilidade do campo de conhecimentos.

Naturalmente, todos êsses aspectos serão precedidos por uma parte introdutória, relativamente desenvolvida, sobre a realidade brasileira na qual poderão, por exemplo, ser ressaltados os seguintes pontos: condições climáticas, regiões fisiográficas e sua importância econômica, estrutura agrária, produtividade das culturas e criações, características de população, índices de consumo, de fatores de produção, hábitos do consumidor, aspectos da comercialização, do transporte e vias de comunicação etc.

A fase de diversificação deverá conter vários cursos, distribuídos em semestres. Talvez não deva haver mais do que quatro, por semestre, para permitir que os alunos possam dedicar bastante tempo em leituras e exercícios, sobre problemas práticos da agricultura. Os seguintes cursos são oferecidos, a título de exemplificação: Princípios de Economia, Estatística para Economistas, Economia da Terra e Crédito Agrícola, Administração da Empresa Rural, Socio-logia, Comercialização e Preços, Política Agrícola e Problemas Aplicados. Esta lista representa uma primeira sugestão de um grupo de professores do Instituto de Economia Rural da UREM. Convém não perder de vista, em acréscimo, que os alunos deverão possuir base suficiente em Matemática, Português e Inglês.

O curso sobre Problemas Aplicados poderá transformar-se em poderoso expediente, para despertar, no aluno, sua capacidade latente de pensar econômicamente. Se bem conduzido, ensinará o aluno a compreender os problemas imediatos da agricultura brasileira. Poderá conter muitos exercícios, sobre as práticas agrícolas, recomendadas pela Extensão. Infelizmente, a falta relativa de experimentação e pesquisa tem contribuído para que os alunos nem sempre possam familiarizar-se com os reais problemas da nossa agricultura. Frequentemente, temos observado como é comum a ilustração de determinados aspectos, com dados da agricultura de outros países. Mas somos propensos a acreditar que a existência de um curso, com as características indicadas, poderá, a um tempo, forçar a procura de exemplos nacionais, bem como estimular os pesquisadores práticos a produzirem mais exemplos. Neste mesmo curso, talvez seja aconselhável porporcionar aos alunos a oportunidade de idealizar um pequeno projeto de pesquisa (ou êstes lhe seriam apresentados) visando a que pudesse entrar em contato com casos simples de identificação e definição de

problemas, hipóteses de trabalho, determinação de amostra, preparação de questionários, técnicas de entrevista, tabulação dos dados e sua apresentação, em gráficos e tabelas, análises dos achados, conclusões, inferências e recomendações. Desejamos registrar que não estamos sugerindo esforço sério a respeito da supramencionada sugestão. Apenas um exercício sem a preocupação de publicar os possíveis resultados. A idéia não é, em absoluto, a de possibilitar que os alunos saídos deste curso possam aventurar-se em pesquisa de fôlego, pois isso causaria, por certo, resultados danosos à nossa economia. A idéia tem por escopo proporcionar um leve treinamento capaz de ajudar os alunos a desenvolver o raciocínio, a pensar e criticar construtivamente. Será sobretudo uma espécie de "aperitivo" ou "atrativo", para que seja tentado a prosseguir os estudos dessa área, nos cursos de pós-graduação.

#### 4.2. Nível Pós-Graduado

O objetivo fundamental dos cursos de pós-graduação é o de formar uma elite de técnicos capaz de liderar o ensino e a pesquisa, nos vários ramos da ciência.

A simples indicação da palavra elite por si só sugere que a natureza desses cursos requer padrões elevados de exigências escolares e outras. Esses padrões tanto podem referir-se aos graus de aprovação, como ao nível das matérias ensinadas, qualificação dos professores e dos alunos, problema da tese, métodos de análise etc.

Nos últimos anos, a Economia Geral, bem como a Economia Rural, desenvolveram vários métodos, de análise de elevada precisão científica. A aplicação consciente de alguns desses métodos requer conhecimentos relativamente profundos de Matemática, Teoria Econômica e Estatística. No curso de Metodologia de Pesquisas, os alunos também necessitam desenvolver apreciável esforço na assimilação de aspectos fundamentais do método científico, de princípios de Lógica, Filosofia etc. Essa extraordinária oportunidade não foi oferecida aos estudiosos da Economia, no século passado. O economista rural de hoje pode, assim, valer-se de um instrumental de análise bastante mais poderoso, mas os problemas que demandam equacionamento também são agora muito mais complexos. Os cursos de pós-graduação visam

ou têm como objetivo final preparar o estudante para essa nova situação. Infelizmente, o pregaro a que nos referimos terá ainda, por longos anos, dadas as condições brasileiras, no particular, de limitar-se ao nível de "Magister Scientiae". Para os cursos de doutoramento, os chamados cursos de Doctor of Philosophy (Ph. D.) nossos estudantes terão ainda de ser enviados a outros países. Felizmente, graças aos convênios já existentes entre algumas de nossas universidades, com universidades norte-americanas - é possível e muito recomendável que nossos alunos, pelo menos, desenvolvam a tese de doutoramento, focalizando problema de elevado interesse da economia brasileira. Essa possibilidade está, aliás, aberta também para outros campos da ciência agronômica.

A preparação de economistas rurais, no Brasil, apresenta numerosas vantagens, sendo de registrar, principalmente, as seguintes: os exemplos ilustrativos de princípios econômicos podem basear-se em casos nacionais, possibilitando assim que o aluno comece a pensar, a raciocinar, em termos de problemas brasileiros; a tese, naturalmente, também será sobre um problema de interesse imediato da nossa economia; os alunos não enfrentarão o sério problema do ajustamento às condições estrangeiras; não terão as naturais dificuldades de transporte, de afastamento dos familiares etc.

O problema educacional está merecendo, em nossos dias, uma atenção jamais registrada, em qualquer outra época. Isto é verdade, em quase todos os países. A situação sugere que os países que podem oferecer ensino mais avançado acabarão por ser tão solicitados, por alunos do seu e de outros países, que o número de vagas para cada interessado tenderá a diminuir. Como decorrência dessa previsão, urge que cada país desenvolva as suas instituições educacionais, em ritmo compatível com a referida demanda. Isto também faz com que a instrução seja mais relevante e aumente a possibilidade de resolver problemas específicos do Brasil, através das teses.

Este ângulo do problema sugere, outrossim, que maior número de patrícios deveriam ser enviados imediatamente para obtenção do doutoramento. Esta medida acauteladora possibilitará que sejam estabelecidos novos centros de preparação de "masters", cujos cursos requerem professores com qualificação nunca inferior a esse nível. Nos nossos cursos pós-graduados, em Viçosa, os nossos professores per-

fazem essa exigência, sendo que a maioria é composta de Catedráticos e Doutores em Filosofia.

Se, no nível universitário, preconizamos maior ênfase, na parte aplicada, neste de pós-graduação, gostaríamos de sugerir o inverso ou, pelo menos, uma situação de equilíbrio entre as duas partes. Sem esta preocupação, acreditamos não ser possível ao aluno assimilar os aspectos fundamentais das principais teorias, que, felizmente, já são numerosas, embora tenhamos necessidade de muitas outras. Esta orientação provavelmente despertará o desejo de investigar, estimulando assim a criação de atitudes científicas.

Neste nível, grande ênfase deverá ser dada a consultas bibliográficas. Uma das diferenças entre o estudo formal universitário, nas condições brasileiras, e pós-graduado, está em que naquele os alunos ficam demasiadamente limitados à experiência do professor da cadeira, visto como, em face do usual congestionamento de cursos, o professor não se anima a recomendar exercícios de consulta a outras autoridades. Naturalmente, há outras razões que também concorrem para esse estado de cousas (falta de literatura, desconhecimento de línguas estrangeiras etc.). Mas nos cursos pós-graduados essa restrição é menos séria, o que representa extraordinária vantagem. Quem pode familiarizar-se com opiniões e experiências dos outros, nos diferentes campos de seu interesse, por certo, adquire cultura mais diversificada e sólida.

Nos cursos de pós-graduação, em Economia Rural, deverá haver disciplinas obrigatórias, eletivas e algumas consideradas de complementação (pré-requisitos). São exemplos da primeira classe os cursos de Teoria Econômica, Estatística para Economistas, Metodologia de Pesquisas e provavelmente também o de Administração da Empresa Rural. Ao incluirmos este curso, nessa categoria, fazemo-lo somente por entender que essa matéria ainda não é ministrada, como disciplina independente, nas Escolas de Agricultura do País, com exceção da Escola Superior de Agricultura da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (Viçosa); e que sua obrigatoriedade possibilitará aos economistas, sociólogos, veterinários etc., entrar em imediato contato com os problemas da empresa rural, quer na forma de aulas teóricas, quer na de aulas práticas, geralmente ilustradas com problemas reais da agricultura, e através de visitas a fazendas de vários estádios de desenvolvimento e tipos diversos de

exploração.

Até o momento, temos insistido na idéia de o aluno passar por todas as fases que caracterizam uma pesquisa do tipo solução de problema. Pensamos que essa exigência deverá perdurar, por alguns anos. Como não temos ainda uma tradição de pesquisa, a experiência que os alunos adquirem, ao elaborar um projeto, (exigência do curso de Metodologia), ao colher as informações e analisá-las, é praticamente in-substituível.

Completa o curso a obrigatoriedade de o aluno assistir e apresentar seminários. Estes, ora são apresentados por autoridades especialmente convidadas para esse fim, ora versam sobre os problemas das teses.

Entre os cursos "pré-requisitos", a experiência de Viçosa tem mostrado que são necessárias os de Matemática, Estatística e Inglês. Essa exigência, porém, ainda não entrou em vigor, de maneira formalizada. Encontra-se no mesmo caso a questão do oferecimento de matérias eletivas. O curso que temos oferecido até o momento, com ligeiras modificações, está dividido em dois semestres nos quais têm sido ministradas as seguintes matérias: Teoria Econômica, Estatística para Economistas, Administração da Empresa Rural, Metodologia de Pesquisas (geralmente no primeiro semestre); Economia da Produção, Sociologia Rural, Mercados e Comercialização dos Produtos Agropecuários, Análise de Preços, Economia da Terra, Política Pública. Os quatro últimos, por vezes, são ministrados com menor número de aulas semanais, permitindo assim a inclusão de todos, no período de um semestre. Um novo curso - Desenvolvimento Econômico - será oferecido, no corrente ano.

No intervalo dos semestres, por todo o mês de julho e boa parte de agosto, são realizados os trabalhos de campo (coleta de dados para as teses).

Por último, desejamos acrescentar que a oportunidade oferecida por Viçosa, felizmente, vem sendo utilizada com vantagem, por elevado número de organizações, escolas e institutos brasileiros e estrangeiros. A oportunidade de estudar não apresenta obstáculos, em virtude da disponibilidade de bolsas. Tudo isso vem provocando extraordinárias mudanças no problema educacional dos técnicos para a modernização de nossa agricultura.

## 5. SUMÁRIO

O trabalho analisa a Economia Rural mostrando suas relações com a Economia Geral e os conhecimentos que o Economista Rural necessita ter de Agronomia e Economia.

Dá uma visão geral, sobre a indústria agrícola internacional e brasileira, acentuando o campo de ação do Economista Rural, na busca de alternativas, para solução de problemas rurais.

Conceitua a Economia Rural, o nível universitário por ela galgado, fundamentando suas conclusões, em torno da formação do profissional, pela "Pós-Graduação". Nesta base, analisa a necessidade da formação de uma elite capaz de liderar o ensino e a pesquisa no País, como o faz a UREMC.

## 6. SUMMARY

This is an analytical description of Agricultural Economics and its relation to general economics and agronomic subjects as these relates to training agricultural economists.

The author reviewed the Brazilian and International agricultural setting, emphasizing the agricultural economists role in problem solution. He focused on the university formation of agricultural economists with a concluding graduate training program to build a well trained core around which to build programs of teaching, extension and research. His model for this program was the "Universidade Rural do Estado de Minas Gerais".

## 7. BIBLIOGRAFIA

1. CONSELHO Nacional de Economia - Exposição da Situação Económica do Brasil. Rio de Janeiro, C.N.E., 1961.
2. FERNANDEZ y FERNANDEZ, Ramon - Economía Agrícola e Reforma Agraria. México, Centro de Estudios Monetarios Latinoamericanos, 1962, p. 19, 20 e 23.
3. FLORES, Edmundo - Tratado de Economía Agrícola, Mexico, Fundo de Cultura Económica, pp. 19 a 21.

4. MILLER, Paiva Ruy - "In" Proceeding of Eleventh International Conference of Agricultural Economists, Stresses this and gives derails of the Schemes adopted. p. 223.
5. MYRDAL, Gunner - Teoria Economica e regiones subdesarrolladas, México, Fundo de Cultura Económica, 1959.
6. ROBBINS, Lionel - Natureza e Significación de la Ciencia Económica, México, Fundo de Cultura Económica, 1944. p. 48.
7. SCHULTZ, Theodore W. - La Organización económica de la Agricultura. México, Fundo de Cultura Económica, 1956, p. 15.
8. STIGLER, George F. - The Theory of Competitive Price. New York, The Macmillan Co. 1942. p. 12 e 13.